

Educação sem sorrisos

LEONARDO TREVISAN

Praticar democracia quase sempre dói. Especialmente em educação. Incomoda muito, cutuca privilégios, perturba demais o status quo. Em sua edição do dia



22, o **Jornal da USP** deu um bom berro sobre a nudez do rei: 57% dos novos alunos da USP deste ano estudaram em escolas particulares. Não é tudo. A maioria dos novos uspianos que cursaram escolas públicas foi para os cursos de Humanidades. Ou seja, os que se preparam prioritariamente para o exercício do magistério, cursos cujas notas de corte no vestibular são bem menores e as perspectivas profissionais são bem menos sorridentes. E mais: 88% dos ingressantes em Medicina cursaram um secundário pago, enquanto, por exemplo, só 25,2% dos aprovados em Português, ou 18,7% dos novos alunos da Geografia, ou 26,6% dos futuros pedagogos, cursaram escolas particulares. Sem dúvida, democracia é isso aí.

Antes que se confunda tudo, construir democracia de verdade começa e termina no oferecer de oportunidades iguais. Para todos. É fato que o assunto ensino público preocupa muita gente, notadamente em São Paulo. Preocupa, sem dúvida, aqueles que um pensador italiano chamou de "sociedade política", porque, enfim, só na Capital o Estado de São Paulo tem sob sua direta responsabilidade não seis milhões de alunos, mas seis milhões de expectativas de futuro que a cada quatro anos comparecem às urnas.

É verdade que o novo secretário de Educação percebeu que o assunto ensino público é, antes de mais nada, um tema político no sentido amplo, em que toda a sociedade tem de se envolver, meter a colher, dar palpite e, principalmente, se responsabilizar por custos e resultados.

Esse é o ponto. Não se trata de instalar uma imensa Babel, em que tutti quanti ocupem a sala da diretoria de cada escola para definir currículo escolar ou escolher prioridades para o dinheiro das

associações de pais e mestres. O secretário convidou interessados reais na questão para formar comissões temáticas e oferecer propostas. É o primeiro passo. O problema é que se mantém o risco de cuidarmos da instrumentalização das soluções, dispensados como secundários os princípios. São estes últimos, e só eles, que têm o poder de construir uma idéia de sistema que há muito desapareceu da escola oficial de São Paulo.

Políticas públicas — e não é diferente no setor da educação — se fazem a partir de princípios, e não de instrumentos, porque estes são datados, com período definido de vida útil. Instrumentos, por sua própria natureza, encerram seus efeitos em si mesmos, e exatamente por isso poucas vezes conseguem gerar um compromisso sistêmico com a idéia de eficiência. Fixar princípios primeiro, num sistema tão esfacelado como é o caso da educação pública de São Paulo, tem uma possibilidade muito maior de gerar este compromisso do que a imposição de instrumentos, sejam eles quais forem, por mais tecnicamente corretos que sejam.

Sem princípios minimamente definidos se estabelecerá um diálogo de surdos com a rede de ensino. Pensar em alguns eixos, como por exemplo a devolução da dignidade do ser professor, o incentivo ao respeito do cognitivo do aluno no conteúdo ministrado, a exigência de que todos passem a ver, seja a sala de aula como espaço privilegiado para a prática da cidadania, seja a escola como o lugar onde se pratica o direito da descoberta como prioridade sem donos de qualquer espécie, entre outros, facilitará muito a tarefa de convencer a todos da necessidade de um compromisso com a eficiência. Instrumentos são essenciais para a mudança, mas antes *eles* precisam ser aceitos e compreendidos por quem de fato vive o desesperante cotidiano de carências da rede. Sem princípios definidos, essas comissões, apesar de bem-intencionadas, farão muitas reuniões, até o próximo vestibular, em que o número dos excluídos dos sorrisos do futuro será ainda maior entre os que cursaram uma escola pública.

□ Leonardo Trevisan é professor da PUC-SP e editorialista do Estado